

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

ATA 11/09 CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO ALEGRE

4Aos vinte e quatro dias do mês de junho de 1999, reuniu-se ordinariamente, às 19 horas, 5no auditório da SMS-2º andar, a plenária do CMS/POA para deliberar sobre a seguinte 6pauta: **a) Leitura da Ata nº 10/99. b) Informes. c) Plano Complementar à Saúde do 7Servidor. d) Assuntos Gerais.** Estiveram presentes os seguintes **Conselheiros:** 8Humberto José Scorza, Cléia Neuberger, Roberto Heinzelmann, Palmira Marques da 9Fontoura, Zenaide Ribeiro, Riograndino de Oliveira, Luígia Dalla Rosa, Ione Teresinha 10Nichele, Cecília Nunes Pedroso, Deoclides Almeida, Maria Alice Calvete, Luciane Paim, 11Valdívia Gonçalves Lucas, Clelia Machado, Terezinha de Jesus Marques, Raquel 12Carvalho Rodrigues, Lâmia Abouzahr, Luiza Maria Ribeiro, Onofre da Silveira Felício, 13Renato Luiz Amaral, Maria Josefina Crespo Costa, Célia Ruthes (falta justificada), Avelino 14Ramos Rodrigues, Neusa Heinzelmann, Carlos Eduardo de Alves, Nelci Dias da Silva, 15Hermes Willagran Cattani, Mauro Fernando Schmidt (falta justificada), Jairo Tessari, 16Roger dos Santos Rosa, Irineu K. Grinberg, Delmar Oliveira da Silveira, Rosa Harzheim, 17Maria Helena Blaskovski Vieira, Marta Piccinini, Lucio Borges Barcelos, Jorge Abib Cury. 18**Estudantes da FAMED - UFRGS:** Fernanda Bortolozo, Mário Barros Faria, Ricardo 19Mombelli Filho, Felipe Proença de Oliveira, Adriano de Aguzzoli, Rafael da Silveira 20Santos, Kátia Civardi, Gracian Li Pereira, Luciane Oliveira dos Santos, Viviana S. de 21Faria, Kelin Maggioni Mezzomo, Alan Libardi Dal Prá, Carlos André Seibert, Fernando 22Simon, Maurício Cardoso Zulian, Vandrê Alves Neves, Vinícius Corrêa Pires, Eduardo 23Sacomori Ferraz, Eugênio Berwanger, Thales Fernando Barneche, Gustavo Luz Alves, 24Rafaela Ferreira Herman, Débora M. Sedano, Caroline Boito Maurmann, Ariane Bac Kes, 25Lucia Gutheil Gonçalves, Livia Adams Goldraich, Clarissa Kirslen Mambach, Antônio Luis 26Piroli, Eduardo Ioschpe, Letícia Feldens, Erika Berclaz Cassol, João Paulo M. Fischer, 27Clarissa Gutiérrez Carvalho, Mario Luiz Cardoso Filho, André Bussmann, Humberto Chaí, 28Ana Paula Caramori, Ana Cecília Michel da Rosa, Fernanda Fuzinato, Paula Vianna 29Nunes, Roberto Fischer, Ângela Cristiane, Alessandra de Amorin, Camila Bressan 30Zanette, Felipe Almeida, Felipe de Carvalho, Ismael Francisco Voltolini, Gabriel Dariva, 31Marcio Garcia Bassani. **CGADTS-SMS:** Maria Lucia Baldasso. **ATEMPA:** Zoila Mota, 32Rejane Assis Bicca, Lourdes e Tânia Maria Ferreira. **Rede Compromisso com a Vida:** 33Júlio Cesar Orviedo. **Pensão Protegida Nova Vida:** Sirlei Menezes. **Morro Santana:** 34Izabel da Silva. **CLS 9:** Ana Carolina S. Paula. **Enfermeira da UFRGS:** Denise Jacques 35Lagranha. **CVS-SMS:** João Batista. **Comunidade Vila dos Sargentos:** Rute Cantos 36Pires. **Delegacia OPV. Sargentos:** Silvia Maria Camaratta. **CEREPAL:** Cléia Neuberger. 37**G.D 3:** Gisele Preussler. **Unidade de Saúde Pequena Casa da Criança:** Neusa Berlese 38Jones. **CLS 4:** Maria Letícia de Garcia. **RNP + Rede Nacional de Pessoas Vivendo com 39HIV/AIDS-Núcleo RS:** Marina Gutierrez, Rubens Raffo. **ATEMPA:** Zoila Mota, Rejane 40Assis Bicca, Lourdes e Tânia Maria Ferreira. **U.S Chácara da Fumaça:** Vivian Vera 41Pacheco. **DMAE:** Silvio Santana e Adilcenara Rocha dos Santos. **G.D 6:** Helena de 42Oliveira. **CMS-Secretaria Executiva:** Jane Pilar e Maria Elaine Facionni. **a) Leitura da 43ATA nº 10:** Coordenador Humberto passa a palavra ao Sr. Carlos Felipeto do CEDIS- 44CGVS, que está trabalhando no Projeto VIGISUS para apresentar o detalhamento da 45proposta aprovada na reunião anterior. Sr. Carlos explica que a ata 10/99 precisa ser 46assinada pelos Conselheiros, para ser remetida ao Ministério da Saúde juntamente com o 47projeto. Devido a urgência os Conselheiros aprovam por 25 votos a favor e 03 abstenções 48que seja feito um adendo a ata nº 10 constando o seguinte: no detalhamento do projeto 49aprovado verificou-se a possibilidade de ampliar os recursos destinados a Porto Alegre, 50considerando o percapita de R\$ 0,70, para uma população estimada em 1.314.032 51habitantes, o que eleva o valor do financiamento do projeto VIGISUS no período de 1999 52a 2001, para R\$ 919.822,40. Também, no detalhamento da proposta, foi possível atender 53a solicitação dos Conselheiros para contemplar a atividade de recolhimento de animais 54de médio e grande porte. Da mesma forma, a atividade de recolhimento de resíduos dos

55consultórios odontológicos (amálgama), foi retirado do projeto, por impossibilidade de
56execução nesse momento. Por medida de contenção de material e em vista de que o
57projeto contém aproximadamente 60 páginas, foi deliberado que será disponibilizado uma
58cópia ao CMS, para consulta dos Conselheiros. Coordenador coloca em votação o
59adendo sendo o mesmo aprovado com 25 votos a favor e 05 abstenções. **b) Informes:**
60Coordenador Humberto informa que o Conselho recebeu por parte da Direção do Hospital
61São Pedro a proposta do CMS compor o Conselho Gestor do Hospital, através de um
62representante da Pensão Nova Vida que faz parte do CLS 8. O Conselho terá 06
63representantes da Sociedade Civil Organizada e outros 06 de técnicos do governo.
64Coordenador propõe o nome da Sr^a. Isabel Freire da Silva, presente na reunião, ex-
65usuária da Pensão, para apreciação na plenária e não havendo outros interessados é
66aprovado com 26 votos a favor e 03 abstenções. Após participa as atividades de
67aniversário de 115 anos do Hospital - 29/06, às 9 h - Missa na Capela, 9:30 -
68Apresentação da Banda Musical do CMS - 18º BIMTZ, 10:30 - Posse do Conselho Gestor
69- Apresentação do São Pedro Cidadão, 11:30 - Apresentação da Casa de Passagem,
7018:30 - São Pedro vai ao São Pedro - usuários assistem espetáculo no teatro São Pedro.
71Sr. Júlio (Rede Compromisso com a Vida) relata os encaminhamentos da reunião da
72Comissão de DST/AIDS dia 21/6, entre os quais a visita ao Centro Vida que tratou da
73denúncia da Enfermeira que não permite que seus pacientes usem antiretrovirais.
74Também abordou a denúncia que o Hospital Independência não realizou uma cirurgia
75ambulatorial marcada, alegando que se tratava de um portador de HIV. A comissão
76solicita que o Conselho peça à GRSS o relatório da visita ao Hospital. Conselheira Rosa
77diz que entregou o ofício do Conselho à COSMAM, sobre o incêndio do PSF - Laranjeiras
78e que a Comissão se colocou disponível caso o Conselho queira ir lá tratar do caso.
79Coordenador convida os presentes para reunião do CLS 7 dia 28/6 que tratará desta
80questão. Vereador Renato Guimarães informa que houve desinsetização em alguns
81Postos do GHC e o produto usado causou mal-estar nos trabalhadores e provocou o
82fechamento dos serviços deixando os usuários sem atendimento. Conselheiro Deoclides
83propõe que o Conselho convide a Direção do GHC para esclarecimentos quanto ao
84ocorrido. **c) Plano Complementar à Saúde do Servidor:** Secretário Municipal de
85Administração, Sr. César Alvarez enfatiza a importância do Conselho nas lutas pela saúde
86pública, que se constituiu com a luta de todos os militantes que acreditam na participação.
87Destaca que desde 1963 até hoje a assistência à saúde do servidor municipal, tem sido
88prestada pela Associação dos Funcionários Municipais (AFM), através de convênio. O
89pagamento do atendimento feito no Hospital Porto Alegre está amparado no Estatuto dos
90Funcionários Públicos do Município de Porto Alegre. Destaca que em 1998 a PMPA
91repassou R\$ 1 milhão/mês à AFM totalizando R\$ 12 milhões/ano. A proposta do município
92é construir uma alternativa que assegure o atendimento em saúde ao funcionalismo, de
93maneira complementar ao SUS, combinado ao Programa de Atenção a Saúde do
94Trabalhador Municipal (PAST), implementado pela SMA e SMS que tratará das
95condições dos ambientes de trabalho e elaborará mapas de risco com a participação dos
96trabalhadores. O plano contará com a contribuição financeira dos servidores, além do
97orçamento municipal. O plano prevê a compulsoriedade de adesão do servidor titular ao
98plano e solidariedade, quem ganha mais paga mais, como forma de reduzir o custo
99tornando-se mais uma fonte de salário indireto. Uma hipótese que está sendo estudada é
100o estabelecimento de convênio com o IPE. Esta alternativa pressupõe o financiamento
101entre servidores e PMPA e permite com base legal um convênio entre IPE e PMPA
102independente de processo licitatório. O percentual de desconto previsto é de 8,9 % do
103salário contribuição (folha) e o recurso da PMPA sairia da rubrica da SMA. Conclui
104dizendo que a rodada final de discussão com a categoria estava previsto para junho, mas
105está propondo ao Prefeito a prorrogação por mais 60 dias. O Projeto de Lei só irá para
106Câmara depois da manifestação dos servidores. Abrem-se as inscrições e a plenária se
107manifesta: Conselheiro Renato Amaral (ADURGS), coloca que inicialmente não entendeu
108porque essa discussão veio para o CMS e fala , que o HPS também deveria receber uma

109contra partida pelos atendimentos prestados a cidadãos fora do município. Discorda do
110dinheiro público ser utilizado para a complementação desse plano. É favorável ao
111melhoramento do SUS. Conselheiro Hermes (SIMERS) questiona a compulsoriedade.
112Conselheiro Deoclides (CLS 6) pergunta o que é a AFM. Conselheira Lâmia (CLS 9)
113propõe que se discuta mais com os funcionários e salienta que atualmente quem tem
114AFM vai para a emergência do SUS. Sr^a. Adilcenara (DMAE) questiona a
115compulsoriedade, quando termina o convênio com AFM e qual é a alternativa, IPE ou
116plano privado? Secretário Cesar Alvarez responde 1º sobre a compulsoriedade, dizendo
117que é uma questão polêmica, mas esta forma de adesão é uma maneira de reduzir o
118custo. Tem que ter uma previsão orçamentária no gasto do dinheiro público. A previsão é
119que 23 mil servidores paguem 2/3 e a PMPA custeie 1/3 do valor e potencialmente podem
120ser 70 mil usuários incluindo os dependentes. Quanto ao IPE ou plano privado, o objetivo
121é o mesmo, dar ao conjunto de servidores um serviço de assistência à saúde. O processo
122licitatório é sugerido para os planos privados e o preço depende da amplitude da
123cobertura e custo. A AFM é conveniada com a PMPA desde 1963 para prestação de
124serviços médicos. Atualmente o município mantém o convênio, através de termo aditivo,
125com renovação de 3 em 3 meses, mas esta situação, não tem base legal e será mantida
126até a decisão da categoria. Comenta que a PMPA discute com todas as instâncias de
127controle social, Conselho Municipal de Saúde (CMS), Conselho do Orçamento
128Participativo (COP), Câmara Municipal de Porto Alegre (CMPA), porque a política de
129pessoal envolve os gastos com custeio. Sr^a. Rejane (ATEMPA) questiona a
130compulsoriedade e refere-se ao Estatuto da categoria que prevê que a PMPA pague pela
131assistência dos funcionários. Conselheiro Irineu (SINDILAC) vê como contraditória a
132proposta da Administração Popular significando um atestado a não funcionalidade do
133SUS. Questiona se o valor gasto hoje com a AFM significa 5% do valor repassado pela
134Ministério da Saúde. Conselheiro Joel (CLS 4) coloca que os servidores federais tem
135GEAP, os estaduais IPE e considera que Administração Popular avançou na proposta,
136porque inicialmente consultou somente planos privados e hoje está em negociação com o
137IPE. Enfatiza as competências do Conselho, entre as quais definir os recursos para a
138área e acha importante a prorrogação do prazo. Coordenador Humberto fala do papel
139constitucional do Conselho, da defesa dos princípios do SUS e do movimento da reforma
140sanitária que culminou com a lei 8.080. Considera que a opção por um plano deve ser
141uma decisão individual do servidor e que os recursos devem ser utilizados no SUS. Sr^a.
142Neusa (CLS 6) fala que ingressou há 06 anos na Prefeitura e um plano de assistência é
143uma luta antiga dos servidores e que hoje a PMPA já gasta com AFM. Conselheira
144Raquel (CLS 8) questiona porque repassar a outro se já tem AFM que presta assistência.
145Vereador Renato Guimarães informa que o repasse para AFM vem desde 1963 e desde a
1461ª Administração Popular se questiona este gasto que beneficia 2/3 dos servidores. Este
147gasto não sai dos 13% da despesa da administração direta com a saúde. O plano
148representa salário indireto, adicional de salário e política de pessoal. Sugere que se
149debata em todas as associações de servidores e que o gasto atual com a AFM também
150tem que ser discutido. Sr^a. Débora (trabalhadora da CVS-SMS) justifica que esta proposta
151faz parte de uma relação de trabalho, de empregado e empregador. Pede
152esclarecimentos de como vai ser a forma de deliberação e também como está a
153negociação com o IPE. Conselheira Nelci (SERGS) reafirma o papel do CMS, enfatizando
154que o dinheiro público não deve ser investido em assistência privada. O repasse para
155AFM passa pelo CMS e COP. Destaca que o princípio da universalidade nos é “caro” e
156deve ser defendido por todos que são favoráveis ao SUS e este é o compromisso do
157Conselho. Fala que a CUT colocou nas suas resoluções, que as categorias parem de
158pleitear assistência privada e faz a defesa da universalidade. O SUS deve ser defendido,
159tanto os seus princípios como o financiamento permanente. Sr. Secretário responde que a
160premissa da compulsoriedade é polêmica e que dói escutar a afirmação do Conselheiro
161Irineu. Quanto a alternativa de convênio com o IPE não precisaria de processo licitatório.
162Para que os servidores decidam, haverá sensibilidade da administração em não colocar

163diferentes categorias, com remunerações diferentes em confronto. Hoje o repasse para
164AFM é de R\$ 12 milhões por ano. O convênio com a AFM não foi objeto de concorrência.
165Fala para a Conselheira Nelci que a assistência é uma obrigação constitucional e que
166após o processo de municipalização, desapareceria este contrato, mas há um acordo de
167continuidade desta assistência e admite o caráter contraditório. Considera fundamental
168fugir do maniqueísmo, para avançar na discussão e coloca-se a disposição para outra
169rodada de discussão se for necessário. Coordenador Humberto agradece suas
170exposições. A seguir Conselheira Ione faz a leitura da Ata nº 10 já com o adendo
171aprovado. Houve correções nas linhas: 41 substituir VIGISUS por SSMA; linha 47
172acrescentar filiado a CUT após Sindicato dos Bancários; linha 50 incluir UFRGS; Linha 63
173suprimir a frase: “ solicita a Conselheira Rosa até reunião; ” linha 80 corrigir de 12 a 13;
174linha 82 incluir Centro de Saúde IAPI; linha 92 substituir SMS por Associação de
175Moradores. Após as correções a ata foi aprovada com 19 votos a favor e 04 abstenções.
176**Assuntos Gerais:** Conselheiro Avelino e Dr^a. Luciana da PST/SMS que participaram do
177Encontro Nacional de Saúde do Trabalhador informam que houve bastante participação e
178que a organização do encontro previa menos participantes. A discussão foi qualificada
179com ênfase do trabalhador nos serviços públicos. Conselheira Nelci complementa dizendo
180que o Governo Federal está querendo retirar do Ministério da Saúde a vigilância em
181saúde do trabalhador nos ambientes de trabalho e passar para as Delegacias Regionais
182do Trabalho. Secretário Lucio Barcelos, da SMS, informa que o projeto de criação de
183cargos será encaminhado a Câmara até 30/6. Serão 748 cargos e mais 10% totalizando
184830 cargos. Fala que a negociação com o escritório Regional do Ministério da Saúde, não
185foi respeitada e estão tirando mais um servidor. Salaria que levará esta discussão ao
186CONASEMS. Conselheiro Roger informa que terá a 2ª turma do curso de especialização
187em Saúde Pública e que está sendo reservado cinco vagas para SMS, entre as quais
188para o CMS duas vagas são em caráter de bolsa. O preço do curso a vista é R\$ 1.500,00
189ou 6 vezes de R\$ 300,00 e o tempo de duração será de setembro/1999 a julho de 2000.
190Conselheira Ione fala da ação judicial que o Vereador Luiz Brás entrou contra a PMPA,
191para que esta não disponha de infra-estrutura para as reuniões do Orçamento
192Participativo. Considera equivocada a posição do Vereador, por não respeitar a
193democracia direta e pede a manifestação dos Conselheiros. Sr^a. Jane, da Secretaria
194Executiva, informa que dia 02/7 na Usina do Gasômetro será realizado o II Seminário
195Metropolitano de Organização do Sistema de Atenção às Urgências e destaca que os
196hospitais e secretarias da Região Metropolitana foram mobilizadas através do Comitê
197Gestor do SAMU e Conselho Regional Metropolitano de Saúde. O Gabinete do Secretário
198convida para audiência pública na Câmara Municipal de Porto Alegre dia 07/7, às 19:30 h
199para prestação de contas das atividades realizadas pela SMS no 1º trimestre/99. A
200Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembléia convida para reunião do Fórum pela
201Vida dia 05/7 às 19 h, na sala da comissão. Coordenador Humberto informa que dia 29/6
202haverá reunião das regiões Nordeste e Eixo Baltazar para inscrições das chapas para a
203Coordenação do CLS 2. **Pauta para a próxima reunião dia 01/7:** Prestação de Contas
204da SMS 1º Trimestre/99, presença da direção do Grupo Hospitalar Conceição para obter
205esclarecimentos face a problemas surgidos com a desintetização ocorrida em 05 postos
206de saúde, proposta de regimento interno da Comissão de Saúde do Trabalhador.

207

208

209

Humberto José Scorza

Jane Pilar

210

Coordenador do CMS

Secretaria Executiva

211

Ata aprovada na reunião Plenária do dia 01/07/1999.

212